



# 2 ANOS DE GOLPE DE ESTADO NO BRASIL: BREVE CRONOLOGIA DAS INTERVENÇÕES E ATAQUES ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL

Prof. Lauro Mattei

UFSC-IHEAL

Email: [l.mattei@ufsc.br](mailto:l.mattei@ufsc.br)

Paris (Fr), 30 de Março de 2018

## Intervenções e perseguições políticas em 2016-17:

### a) Novembro de 2016:

Docentes da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR) sofrem processo administrativo por terem apoiado as manifestações estudantis contrárias a reforma do Ensino Médio e a PEC do congelamento dos gastos sociais

**b) Dezembro de 2016:** A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sofreu a operação da Polícia Federal (PF) denominada de “PhD”, investigando denúncias de fraude em um programa de extensão.

## c) Setembro de 2017:

A PF desencadeou a operação “Ouvidos Moucos” na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As 06 horas da manhã, 120 policiais federais – acompanhados da TV filial da rede Globo em SC - invadiram a universidade e levaram diversos materiais, além de terem prendido 7 professores e o Reitor e levados mais 5 pessoas coercitivamente. O desfecho desastroso dessa operação policial culminou na morte do Reitor no início de outubro, bem como na proibição de 6 professores de retornarem ao trabalho, proibição que continua em vigor até hoje.



## **d) Outubro-Novembro de 2017:**

Servidores da UFSC (Técnicos Administrativos e Professores) são processados pela justiça federal por terem defendido os estudantes em uma invasão da Polícia Federal que ocorreu em fevereiro de 2014. Além de terem de pagar R\$ 45 mil por danos ao patrimônio, poderão perder os direitos políticos por 8 anos.

## **e) Novembro de 2017:**

Docente da Escola Superior de Agricultura (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP) sofreu uma comissão de sindicância por ter organizado uma atividade acadêmica de extensão com o MST



## f) Novembro de 2017:

A PF, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), abriu inquérito contra um docente e contra o ex-reitor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), acusando-os de terem desobedecido uma decisão judicial de 2013, que solicitava para suspender as atividades acadêmicas do programa de extensão do Centro de Estudos e Difusão do Comunismo (CDC-UFOP)



**g) Novembro de 2017:**

Professores de Geografia, História e Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM-MG) foram intimados pelo MPF a prestar esclarecimentos sobre o envolvimento dos mesmos na organização da III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (III JURA)



## i)Dezembro de 2017:

Operação da PF com 84 policiais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tal ação foi denominada de “Esperança Equilibrista” e contou com participação de outros órgãos do Governo Federal. Neste ato foram conduzidos coercitivamente o Reitor e a Vice-Reitora, bem com diversos professores e técnicos administrativos. Processo em andamento.

## j) Intervenção do Ministro da Educação na UNB (Fevereiro de 2018):

O ministro avisou que iria intervir na UNB para cancelar a disciplina “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil” organizada pelo professor Luis Felipe Miguel, do Departamento de Ciências Políticas.

**Nota:** No dia **22.3.2018** o Ministro fez as seguintes declarações à imprensa:

1) Que não levará adiante a representação contra o professor Luis Felipe Miguel porque sua reação passou a ter uma conotação de censura e de intervenção nas universidades



2) Que as universidades públicas não podem mais ter agrupamentos político-partidários que se sintam proprietários delas

3) Que as universidades federais estão cheias de movimentos organizados e de militantes do PT, PSOL e PCdoB que o impede de fazer visitas às universidades.

Diante disso, tomou uma providência: passou o assunto para a Coordenadoria Jurídica, que irá fazer um trabalho junto com MPF.

Já veremos o que aconteceu nos dias posteriores!



## k) Março de 2018:

Ação movida pelo vereador Alexandre Aleluia (DEM-BA) – militante do movimento Escola sem Partido – provocou uma intimação judicial ao professor Carlos Zacarias, do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) pelo fato de que este professor e mais 23 colegas, em solidariedade ao professor Luis F. Miguel, organizaram o mesmo curso que será ofertado na UFBA a partir de 05.04.2018.



## 1) Março de 2018:

O MPF de Goiás abriu processo investigativo contra professores da Universidade Federal de Goiás (UFGO) pelo fato destes estarem ofertando o mesmo curso da UNB e UFBA.

Em seu despacho o procurador afirma que somente o uso da palavra golpe já demonstra que o curso não tem caráter acadêmico e que não faz difusão de conhecimento, mas apenas propaganda política partidária com uso de bens públicos em prol do Partido dos Trabalhadores (PT).



Para tanto, estabeleceu um conjunto de exigências a serem cumpridas pela UFGO em 10 dias:

- Enviar ao MPF todas as atas das reuniões de preparação do curso
- Fornecer a lista de nomes dos professores que irão ministrar o curso
- Fornecer a lista de alunos que participarão das atividades
- Todas as aulas deverão ter material audiovisual para ser enviado posteriormente ao MPF

## Considerações sobre essa situação:

No dia 25.2.2018, Eugênio Aragão, ex-ministro da Justiça do Governo Dilma II, escreveu um artigo: **Por que os golpistas chamam o MPF para intervir nas universidades.** Para ele, tais ações têm um único motivo: anular a autonomia da universidade garantida pela Constituição do país. Já os membros do MPF vêm se sentindo há tempos reitores das universidades, ditando suas normas de funcionamento.

Já em artigo intitulado “**A resistência equilibrista: a propósito da perseguição nas universidades no Brasil e alhures**”, publicado em 08.02.2018, Plínio W. Prado Jr afirma que o Ocidente triunfante, liberal e tecnocientífico, prossegue na sua estratégia de anexar a Universidade ao mercado mundial do conhecimento, ao mundo dos negócios.

Neste sentido, ele entende que a onda de operações policiais de órgãos do Estado dos últimos dois anos se inscreve, à sua maneira brutal, nesta lógica geral de anexação. Mas ela revela mais dois aspectos particulares no caso do Brasil:



1)Exibe descaradamente, mais de qualquer outro lugar, a violência liberal

2)Ela revela a ferocidade da guerra de interesses implicados, mas dissimulados, nos termos de mercados implacavelmente opressores da democracia capitalista.

Conclui dizendo que “com o ódio de classe, de cor e de inteligência que os ataques policiais às universidades e à “esperança equilibrada” equivalem a uma verdadeira declaração de guerra ao país e ao povo, que o poder governamental impopular e ilegítimo” despreza abertamente.